

ESTADO-NAÇÃO EM ÁFRICA — CONGO-BRAZZAVILLE E CONGO-KINSÂSA

Patrício Batsíkama¹

Resumo: O tópico do estado-nação na África está associado ao da democratização do continente. Conquistar o poder mediante o voto (no caso da presidência) provoca dilemas e tende a destruir a anatomia social do continente africano. No presente artigo, oriundo da minha tese de doutoramento, eu discuto a questão do estado-nação no Congo-Brazzaville e no Congo-Kinsâsa, a partir de uma perspectiva histórica.

Palavras-Chave: Congo-Brazzaville. Congo-Kinsâsa. Estado-nação. Democracia.

Abstract: The topic of State-Nation in Africa is associated to the democratization of the continent. Conquering Power by vote (in the Presidency) provokes troubles, and tends to destroy the Social anatomy of African Country. In this article — from my Ph. D. Thesis — I discuss the problem of State-Nation in Congo Brazzaville and Congo Kinsâsa, according a historical perspective.

Key words: Congo Brazzaville. Congo Kinsâsa. State-Nation. Democracy.

Introdução

Quase toda África sub-saariana conheceu os problemas similares em relação às propostas de Estado-nação *au lendemain* das suas independências. Gaëtan Feltz (1994, p. 713-714) faz observar isso.

Entre 1963 e 1970, sublinha-se vários golpes de estado em África que estabelecem um mapa geoestratégico à mercê da Guerra Fria, factor da destabilização das vontades populares africanas na construção dos seus modelos de “Estado-nação”. Aqui estão as

¹ Historiador e antropólogo. Professor de História das Artes Africanas na Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto. Endereço eletrónico: 23327@ufp.edu.pt.

datas dos golpes de Estado africanos (NKRUMAH, 1973, p. 54): 13 de Janeiro de 1963: Togo; entre 12 e 15 de Agosto de 1963: Congo/Brazzaville; entre 19 e 28 de Outubro de 1963: Benim; 18 de Fevereiro de 1964: Gabão; 1 de Janeiro de 1965: República Centro-Africana; 4 de Janeiro de 1965: Burkina-Faso; 18 de Junho de 1965: Argélia; 25 de Novembro de 1965: Congo/Kinsâsa; 22 de Dezembro de 1965: Benim; 15 de Janeiro de 1966: Nigéria; 24 de Fevereiro de 1966: Gana; 29 de Julho de 1966: Nigéria; 29 de Novembro de 1966: Burundi; 13 de Janeiro de 1967: Togo; 24 de Março de 1967: Serra Leoa; 17 de Dezembro de 1967: Benim; 18 de Abril de 1968: Serra Leoa; 3 de Agosto de 1968: Congo/Brazzaville; 4 de Setembro de 1968: Congo/Brazzaville; 19 de Novembro de 1968: Mali; 25 de Maio de 1969: Sudão; 1 de Setembro de 1969: Líbia; 15-19 de Outubro de 1969: Somália; 10 de Dezembro de 1969: Benim; 30 de Janeiro de 1970: Lesoto.

A estrutura das sociedades africanas obedece a três condições de sociabilidade: (a) etnicidade tal como é vista, vivida e reproduzida; (b) raça enquanto processo histórico recente, mas também antigo e as novas dinâmicas que cobrem no espaço; (c) ocidentalização da África, quer na instalação forçada de Estado-nação quer no consumo ávido de *World Culture*, torna-se uma ferramenta estratégica utilizada — as instituições internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial, TPI, etc.) auxiliando — na nova Ordem Mundial.

Poder em África

Georges Balandier é da seguinte opinião:

Em África, existe uma imaginária percebida para exprimir o poder. No meu livro, *Le pouvoir en scène*, penso mostrar como o político é constantemente fabricante da sua própria imagem para exercer o que se chama poder... Há um autor (mal conhecido) que comentou Shakespeare propondo o conceito de teatrocrazia... que ilustra que para além dos regimes, das constituições

particulares, [...] Há em comum, nestes todos regimes, há « mise en scène », o regime geo-teatral: o regime do facto que o político é também um actor [...] A ordem do político é favorável à esta representação da imagem. Este é o caso do poder tradicional, porquanto são poderes potencialmente em imagens [...] existe um cenário e os actores desempenham cada um papel preciso, onde está colocado em famoso o político... e é cíclico [...] É o caso do Benim, onde o soberano morre, diz-se: a escuridão caiu no país; a justiça, a ordem desapareceu [...] Daí, a necessidade de restituir a luz, a justiça ou a ordem [...] Há toda uma estrutura, uma maquinaria cujos actores que intervenham para restituir a luz ou a ordem desaparecida”².

Nesta observação interessante de Balandier interessa-nos sublinhar (i) poder e (ii) imagem do poder tal como se apresenta nos seguintes suportes:

- a) *Etnicidade*³: como suporte étnico da nação reúne certo consenso. Nas suas reflexões profundas sobre *Afrique: démocratie piégée* (NGBANDA, 1994), antigo secreta de Mobutu (na antiga república do Zaire) lança duas ideias em relação ao insucesso de Estado-nação: (i) a destruturação profunda das sociedades africanas (desde a escravatura até a colonização) criou uma extrema pobreza em todos os níveis, mas sobretudo, tornou estas sociedades “estrangeiras” das suas próprias terras; (ii) a imposição de pseudo-democracia cuja aplicabilidade é sancionada pelas instituições anti-democráticas, arrogantes e segregacionistas (ONU, FMI, Banco Mundial, TPI, etc.). Isto é, a “Era da democratização” tinha, entre outros propósitos, o pressuposto de experimentar algumas teorias neo-imperialistas. As desordens em África são assentes na eleição de dirigentes que não pertencem as etnias insurrectas. E propõe-se mesmo o modelo cíclico⁴ dos dirigentes oriundos dos grupos étnicos constituintes

2 Março de 2011 a Paris. Uma entrevista semelhante pode ser consultada em: <http://www.youtube.com/watch?v=XZEVNY7ZGM0>. Acesso em: 20 jun. 2013).

3 CAHEN [s/d], p. 94-103; CHABAL, 2009; 1994; AMSELLE; M'BOKOLO, 1999; GRILLO, 1998

4 Isto quer dizer o seguinte: (i) num país onde existe as etnias A, B, C e D, deverá vigorar uma lei que estipula que o dirigente/presidente seja ciclicamente A, B, C e D, consoante uma periodicidade bem determinada; (ii) em cada “reino étnico”, as minorias simbólicas — já que estatisticamente sejam maioritárias — verão os seus votos “sem expressão” quer na apare-

do país, na base dos modelos de cada “nação étnica” tal como avançado por especialistas (LLOYD, 1965, p. 63-112). A imagem do poder a volta do Político — tal como o teorizou G. Balandier — poderá resultar na estabilidade dos países e dispõem de dois ou três grupos históricos quando previamente definidos pela Constituição e dependendo das organizações destes grupos étnicos para efeito. A partir de quatro grupos étnicos (e mesmo três), as possibilidades da instabilidade são enormes, como aliás se verifica em África (BOURMAUD, 1997), de modo geral: (i) as divergências internas destes blocos étnicos são consequentes da Escravatura (RINCHON, 1938; KLELNER, 1973, p. 89-100) e Servitude Colonial (ALCANDRE, 1954-I; II) e projectam as matrizes já destruídas no Pós-independência; (ii) os conflitos internos fragilizam estes blocos (GIRARD, 1952, p. 108-109) por falta de comunicação entre novas imagens do poder e adaptação dos actores do poder, também pela ausência de suportes de um sistema consistente, regular e dinâmico destes blocos (LABRIOLA, 1945, p. 29); (iii) as assimetrias internas reproduzem exclusões entre os constituintes, favorecendo assim porosidades de instabilidade (BAYART, 1989). Perante estes factores, a mutli-etnicidade nas repúblicas africanas é apontada por vários autores como causa da desestabilização sociopolítica (KANNEH, 1998; NGBANDA, 1994).

- b) *Ocidentalização do Estado africano* (BADIÉ, 1992): (i) o contacto de duas culturas no caso dos Africanos e os Europeus que conheceram rupturas históricas importantes na definição de “país”, “Estado” e “democracia” é sumário em toda África (BOURMAUD, 1997). As independências de África partiram de três ideologias: (i) África aos Africanos (BIANES, 1980) que gerou pan-Africanismo; (ii) Africanidade e Negritude (ADOVETI, 1972) que reforçaram a etnicidade (BARTH, 1969); (iii) Luta armada. O africanismo repudia o “Acto colonial” e revalorizava o “Africano civilizado” a ponto de sustentar teorias segundo as quais a História e as Civilizações do Mundo partiriam de África. As africanidades tentaram provar capacidade civilizacional ou criativa (APPIAH, 2010, p. 37, 53; BIDIMA, 1993) na reinvenção da África contemporânea sem o paternalismo ocidental face aos seus

lhagem legislativa, executiva ou mesmo noutros domínios de *poder*. Ainda assim seria uma *Democracia ao modo de África*.

desafios contemporâneos. As negritudes tiveram inicialmente uma tensa “discussão sobre raça” (BELCHIOR, 1951); buscaram minimizar os evangelhos colonialistas sobre a primitividade do negro. Além desta luta intelectual — e quase simultaneamente — a luta armada foi tida como “instrumento de pressão” para, nas lides intelectuais, negociar as emancipações e independências (BENOT, 1981). Nestas três fases, resultaram repúblicas africanas que, a priori, eram simples ocidentalização (BADIÉ, 1992) que alcançou apenas as elites. Ao assumir os destinos de África, as elites encontravam três problemas genéricos: (i) negação cultural das massas que defendiam (HABERMAS, 2007); (ii) necessidade de serem reinterpretadas nas suas ações (Chabal, 1994); (iii) incongruência entre a “cosmogonia” que impunha o modelo de Estado-nação (AMIM, 1999, p. 92-118) proposta pela elite e a “cosmogonia” das massas assalariadas. E, por isto, assistiu-se as violências generalizadas (KAARSHOLM, 2006).

- c) *Raça*: em alguns países africanos (Angola, África do Sul, Cabo-Verde, Moçambique, Zimbabwe, sobretudo), o problema de raça é presente, inevitável nesta questão (BOXER, 1967). Michel Cahen (1994) trabalha nesta questão de forma interessante. O tema da raça não é tão presente nestes dois Congo.

A construção de Estado-nação pelos nacionalismos apresentam estes três pontos, e os primeiros Estados independentes africanos — mesmo os últimos a conquistar a independência — nasceram nesta proporção. Isto é, eles nasceram na base das estruturas populacionais estraçalhadas, na inconsistência das ideologias construídas pelos conceitos importados (com pouco endogeneização) e às vezes mal-interpretados — etnicidade, autenticidades, africanismos⁵ explicariam melhor este facto — na sua operacionalidade ou funcionalidade (CLAPHAN, 1996). Estes nacionalismos foram ora associados à sobrevalorização das *nações étnicas* — o que na verdade reproduzia divisões e apresentava dificuldades em solucionar face as “*armadilhas* neo-colonialis-

5 Curioso é ver, por exemplo, que estes termos todos têm as suas origens nas línguas europeias: *ethnos* (grega); africanismo (de Ifríquia árabe emprestado pelos Romanos antigos); autenticidade...

tas”; ora aceitavam concorrência sociocultural e socioeconômico entre diversas “forças sociais” que, no *amanhã* da independência, tornaram-se cidadãos destes países africanos.

Estado-nação

A título introdutivo, passamos a citar M. Cahen (1994, p. 19):

Se o modelo da nação jacobina (isto é, simultaneamente unitária e uniformizada, moderna e desenvolvida) dominou os 15 primeiros anos das independências [angolana e moçambicana], o problema é que nunca pôde ser aceite por todos; se este modelo sobrevive amplamente hoje sob o verniz ultraliberal, porque a privatização das empresas públicas não impede minimamente a manutenção de um modelo de desenvolvimento tecnocrata, ele é, no entanto, cada vez mais contestado, quanto mais não fosse pelo agravamento das tensões nos diversos segmentos de elite.

A) De Congo-Belga ao Congo Democrático

A História da colonização da República Democrática do Congo é na verdade interessante e fascinante. Este país foi desenhado pelas explorações financiadas pelo rei belga Leopold II, depois da Conferência de Berlim; as terras “descobertas” passaram a ser chamadas Congo belga. De acordo com as anotações de Henri Morton Stanley (1879; 1886), percebe-se que o novo país de Leopold II (STROME, 1952) contem mais de sete “grandes etnias” sem grandes filiações, ora bantu ocidental ou oriental; ora sudaneses ou nilóticos; ora pigmeus (VANSINA, 1976). Também, ocorre que neste novo país estão as remanescências de antigos impérios e importantes reinos fortemente divididos e feitos adversários pela Escravatura ou presença colonial; a anatomia social deste “novo povo” é excessivamente desmembrado, o que torna-se fragilizada

quer das suas instituições internas (existenciais), tanto como nas suas projeções face aos novos desafios do Estado-nação.

De acordo com especialistas (BOONE, 1973) encontramos cerca de nove “etnias nucleares”⁶, aos quais juntam-se perto de vinte-e-nove “etnias periféricas”⁷ e cerca de cinquenta e oito tribos derivadas⁸. A distribuição colonial na exploração e na criação das instituições coloniais não foi simétrica (SEDILLOT, 1958). Nas zonas onde havia riquezas humanas e minerais, desenvolveram “centros económicos”, mas com imensa fragilidade na sua comunicação com demais regiões satélites; nas zonas com menos riquezas, foram desenvolvidas poucas “urbanidades”, de modo que o rural/subdesenvolvimento permaneceu dentro mesmo das “placas do urbanismo”. É assim, por exemplo, em Katanga (região das grandes jazidas tão cobiçadas) onde foram desenvolvidos centros económicos, centros académicos no convívio urbano-rural. Mas as comunicações mantiveram-se fracas e quase não facultaram expansão do desenvolvimento. Em Leopoldville/Kinsâsa foi desenvolvido centro político, económico e académico (VERHAEGEN, 1978). Em Mbuji-mayi, Kinsangani (VERHAEGEN, 1977) — região de diamantes — foi desenvolvido semelhante centro, sobretudo “centro económico”, com importantes núcleos universitários (como estratégia de

6 Temos: (1) os grupos bantu: Kôngo: 11%; Luba: 13%; Mongo: 12%; Lûnda: 7%; (2) grupos Sudanese centrais: Ngdândi: 5%; Ndgaka: 4%; Zânde: 3%; (3) Niloticos: Kakwa e Bari: 3%; Camites: 2%; (4) Pigmeus: Mbuti, Mbaka, Twa (desconhece-se as estatísticas demográficas exactas). As forças políticas do Congo Kinsâsa obedeceram, nas duas primeiras décadas — depois da independência — à este mapa geopolítico étnico.

7 Chamamos elas “periféricas”, por depender historicamente das “etnias nucleares”. Citamos os principais: Angba, Bângi, Bêmba, Bîndi, Bowa, Dikidiki, Còkwe, Dzing, Fuliru, Havu, Holo, Hunde (Kunde), Hutu, Iboko, Kawônde, Kuba, Lokele, Lwalwa, Mbala, Mbole, Mbuun, Mbuza (Mbundja), Nande, Ngoli, Manyânga, Poto, Sango, Songo, Suku, Tabwa, Tsâmba, Teke, Têmba, Vira, Yaka, Yânzi, Yeke, etc. Estas “etnias periféricas” tiveram, também um peso considerável, na popularidade das grandes organizações políticas formados nos “centros étnicos” anteriores. Ao passo que foram minimizados, e com o surgimento do MPR — partido estatal, muito destes encontraram acomodação.

8 As opiniões divergem aqui: (i) cerca de 100 tribos derivadas das “etnias centrais” que são diferentes das etnias periféricas. Diz-se “etnias periféricas” por existir “reinos” que providenciaram estas populações étnicas, tal como indica o ponto anterior; (ii) há autores que mencionam perto de 300 tribos. Esta classificação nos parece exagerada por notar desmembramento de mesmas tribos.

fomentar os factores do desenvolvimento). Porém, ao projectar alguns planos de comunicação entre estes centros e suas periferias, faltou suficiente tempo de sistematização e de desenvolvimento dos mecanismos internos para um intercâmbio eficaz (VERHAEGEN, 2003) e afins de torná-los suficientemente autónomos.

Estes espaços/cidades produziram capitais, e as forças sociais vivendo neles — distribuídos em vários espaços sociais (por cada cidade) — irão ideologicamente construir *seu* país (Estado-nação) na base de duas dúvidas: (i) nacionalismo/MNC e aliados; (ii) federalismo/ABAKO; CONAKAT e aliados.

Geografia do proto-nacionalismo congolês

Durante o tempo da formação do proto-nacionalismo congolês — princípios do renascimento africano (DAVIDSON, 1957) — os “centros económicos” que de certa forma também espalhavam uma “etnicidade” (GIDDENS, 1984) considerável alimentaram quatro circuitos (MARTELLI, 1964) que, por um lado, iluminaram a vizinhança e, por outro, tornaram o Congo uma “zona estratégica” na disputa da Guerra fria.

O primeiro circuito foi académico. Para obedecer as cláusulas da Conferência de Berlim (1884-1885), a colonização belga investiu na sua colónia, com as instituições académicas com um professorado qualificado, uma investigação activa e assídua, e com outras instituições industriais e comerciais importantes. A distribuição geográfica das universidades na época colonial, as condições de acesso e os interesses das populações directamente beneficiadoras produziram resultados interessantes: (i) as cidades, por norma, continham “centros académicos” e produziram espaços sociais com as suas assimetrias sociais ao qual cada espaço herdava (BORDIEU; PASSERON, 1964); (ii) periferias eram, ao lado das cidades, a “alavanca” de novas emergências sociais

cujos capitais académicos adquiridos dinamizavam os espaços distantes destes centros académicos.

O segundo circuito foi económico (a partir de uma industrialização que parou no tempo). Sendo um país extremamente rico em minerais e em mão-de-obra jovem — com um mosaico dinâmico populacional — os centros económicos estiveram em frequente diálogo e contacto com toda região austral (alcança oceano Índico através de Zâmbia; alcança o Atlântico a partir de Matadi): exploração de minerais, com empresas comerciais em ligação com Angola (no caso de Cotonang; Diamang, Gecamines, etc.), beneficiava de uma pronta evacuação para exterior comprador e de um sistema de alimentação eléctrica forte⁹. Ao mesmo tempo, desenvolveram outras actividades de rendimento médio e derivativo das explorações mineiras, que tipificaram as “regiões geradoras de riqueza”¹⁰, “regiões periféricas económicas” e “regiões pobres”. As primeiras regiões eram “espaços/lugares de poder económico” e as suas populações beneficiadoras nem sempre eram oriundas de lá. As “regiões periféricas” tornaram-se, em termo de geografia humana, potenciais reservas de uma força humana plural, jovem e multi-profissional. A administração colonial tinha previsto mais tempo de actividades para torná-las auto-suficientes¹¹, o que foi rota com a independência do Congo. De ponto de vista mobilidade de recursos económicos e seu rendimento, e a distribuição das riquezas e sua circulação em todo

9 A barragem de Inga.

10 (1) Ouro: Katanga, Bas-Congo, Nord-Kivu, Sud-Kivu, Équateur. Este país detém perto de 10% da reserva de ouro mundial e, se olharmos na distribuição geográfica, percebemos que os circuitos proporcionados neste mineral alcançam Norte e Sul; Leste e Sudeste; (2) Diamantes: as províncias de Kasai Oriental, Kasai Ocidental, Bandundu, Équateur, etc. Os circuitos proporcionados pelo diamante estão ao Norte e Sul; (3) Ferro e Carbono que envolveram explorações industriais (com influências nas populações directamente ligadas) estão em Katanga. Ora estas províncias têm Angola, para Oceano Atlântico, e Zâmbia para Oceano Índico.

11 A construção de barragens produtoras da Energia era o trampolim para industrializar a produção, por um lado. Por outro, consistia em obedecer a um programa em fases, pois a seguir era criar infra-estruturas para (a) cidades do poder económicas; (b) cidades do poder político; (c) cidades do poder cultural; (d) “espaços periféricos daquelas cidades”; (e) “reservas periféricas da mão-de-obra”, etc. e todo um sistema coerente entre estas cidades com dinâmicas de desenvolvimento humano, sociocultural e económico.

território, Congo precisava de manter diálogo e nexos com os centros económicos Norte/Sul e Este e Oeste. Isto é, o Congo Kinsâsa precisava de uma paz duradoura para que continuem estas dinâmicas comerciais, principal rendimento da economia.

O terceiro circuito é cultural. As instituições científicas e os investimentos da administração colonial sobre a etnografia fomentaram “auto-estima” aos possuidores destas culturas seculares, e proporcionaram “centros culturais” fortes a ponto de, já na época colonial, ver a cultura como produto de rendimento cultural. Este circuito não era apenas regional, mas também continental e, paulatinamente, expandiu-se e integrou-se nos outros circuitos culturais internacionais. Todos os centros económicos ou políticos ou ainda académicos aceitavam a pluralidade étnica, o que permaneceu até recentemente (depois da morte de Joseph-Désiré Kabila). Perante mais de uma centena de “falares”, a Administração colonial projectou as línguas kikôngo, ciluba entre outras como “línguas urbanas” — a *nível* da língua oficial: francesa — para desenvolver forças socioculturais. E, durante o longo período de Mobutu e a sua “autenticidade”, as línguas ganharam cidadanias e o lingala passou a ser língua percebida e falada pela maioria na capital. Nas outras capitais provinciais, eram as respectivas línguas da região, sendo todo Leste dominado pelo Swahili. Três grandes modalidades artísticas — desde a antiguidade congoleza — tornaram-se oxigenação de rendimento nas populações: (i) música; (ii) teatro; (iii) artes plásticas.

O último circuito é político. Nas primeiras etapas da idealização do proto-nacionalismo, as sedes/capitais dos antigos reinos que são potenciais *axi-mundi* congregavam multidões por submissão psico-comportamental. Dois aspectos são de assinalar: (i) submissão psico-étnica de várias “etnias periféricas” (em relação as antigas capitais dos reinos pré-coloniais), cidadãos de outras colónias vizinhas (Congo Brazza, Zâmbia, Angola, República Centro-africana, etc.), levou a considerar o Congo como estratégico; (ii)

liderança intelectual facilitada pela disponibilidade das universidades e o acolhimento dos fugitivos coloniais foi fortificada em dois momentos: primeiro quando a Administração aceitou largamente os exiliados das colónias vizinhas¹²; e segundo pelo facto de ser o Congo um dos primeiros países a aderir à independência política (em relação a Angola, Congo Brazza, República Centro-Africana, Zâmbia, Rwanda, Burundi, Kenya, Tanzania) na sua região.

O proto-nacionalismo congolês foi nutrido por duas ideias principais. A primeira era de “Federalismo”; a segunda tinha previsto o “Nacionalismo”. Nas séries sobre *Congo* publicadas por Benoît Verhaegen, as *rebeliões* naquele país parecem-nos (VERHAEGEN, 1966; 1969), de modo geral, como a desconstrução do discurso colonial (que consistia em congregar a pluralidade). O *federalismo* pode ser interpretado como uma clara consequência da *etnicidade* (*nação étnica*), e o *nacionalismo* será como a *vontade* externa de construir uma mesma *nação*. Neste dualismo, entram as influências da Guerra-fria: E.U.A. — através da Bélgica — fomenta o *federalismo* com ABAKO de Joseph Kasa-Vubu. Já a U.R.S.S. — através do circuito económico de Katanga — encoraja o *nacionalismo* com MNC de Patrice Lumumba.

O grande receio do federalismo consistia na quebra dos “centros” económicos, académicos e culturais. Esta possível quebra significava, literalmente, a paralisação do Congo Kinsâsa que precisa da mobilidade dos “espaços sociais” formatados por aqueles “centros vitais”.

Nacionalismo congolês e o pós-independência

O nacionalismo congolês era essencialmente baseado na *etnicidade*. A proposta de *federalismo* é abraçada pelo ABAKO a fins

12 Na nossa entrevista com o professor Benoît Verhaegen — em Abril/Maio de 2003.

de levar em frente o seu projecto de Kongo central. Em Angola, seus aliados estão no Norte, e é preciso não confundir suas identidades políticas, com as suas identidades culturais. Geralmente eram os Kôngo de Angola, de modo geral, já que estes investiram na sustentabilidade das actividades políticas do ABAKO. Mas, estritamente, são inicialmente todos os partidos fundados pelos Kôngo: UPNA, Ngwizako, FLEC e Ntobako. Depois de derrota ideológica sobre *federalismo*, UPNA já se tinha tornado UPA (senda republicana) e divorciará de outros partidos étnicos.

M.N.C. de Patrice Lumumba continuará com nacionalismo — Estado unitarista — tendo beneficiando os apoios secretos de Cuba e U.R.S.S. Mas a ideia não é bem percebida pelos seus conterrâneos que apoiavam a secessão de Katanga¹³ (1960-1961), na véspera da Independência do Congo. Mas ele interessa MPLA/Angola (pró-Rússia) com quem se planifica a independência de África Central-Austral, a favor dos comunistas. A ideia é rompida com o assassinato de Patrice Lumumba.

A república Democrática do Congo nasceu de um “aborto”. A sua proclamação ilustra quanto foi grande a ambivalência: ABAKO faz um discurso cordial perante o antigo colonizador, ao passo que MNC (já com problemas internos de cessão) emite um discurso totalmente diferente e de ruptura com ex-colono. O Congo, entre 1960 e 1965, foi precipitado às desordens e a uma quase-guerra civil.

Vem depois o *mobutismo* — que paulatinamente veio unificar as partes — que, enquanto ideologia, buscou no *Kulturnation* os suportes da sua ideologia unitarista.

13 A secessão de Katanga que surge no último tempo das negociações da Independência é a resposta dos secessionistas a Patrice Lumumba que terá negociado em nome das *nações étnicas de Katanga*. E, ABAKO vê nela uma oportunidade para relançar o *federalismo*, com o seu projecto de *Kongo Central*.

Quem é Zairese/Congolês?

A nacionalidade zairese/congolês baseia-se, antes de tudo, na pertença do indivíduo a uma etnia, uma tribo: nascer no Congo Kinsâsa sem pertencer a nenhuma tribo não garante a “cidadania/nacionalidade” zairese/congoleza. Nasce-se zairese/congolês, e toda aquisição desta cidadania zairese/congoleza com suportes identitários extra-congolezes ou extra-zairenses tem tido, na maioria dos casos, considerada como uma “cidadania de segunda”. Isto é, a cidadania zairese (baseada nas questões da identidade étnica, fundada nas *antigas nações étnicas*) se verifica em:

1) Natalidade: (i) associar a ascendência autóctone à sua condição de natalidade, quer dizer possuir terras (antigos cemitérios; florestas, rios, etc.); (ii) pertencer a uma família/tribo secular cuja história clânica associa o indivíduo através de patrónimo que remontam a séculos.

2) Identidade étnica: (i) falar línguas do local natalício como primeiro símbolo de pertença à comunidade; (ii) observar e fazer observar os usos e costumes (do local natalício), o que implica uma longa socialização; (iii) conhecer os códigos essenciais do comportamento colectivo.

É na base destes dois elementos que é definida a nacionalidade/cidadania congoleza ou zairese. A Constituição define *Jus Sanguinis* e *Jus Solis* como dois instrumentos jurídicos fundamentais, embora na prática o primeiro tenha prevalecido já que baseia nos dois elementos acima referenciados.

Estado-nação congolês

A república do Congo Kinsâsa nasceu de paternidade duvidosa quer entre *federalismo* ou *unitarismo*, quer entre um ABAKO pseudo-capitalista ou um MNC aspirando ao comunismo. Antes de 1965, temos duas linhas de pensamentos:

1) Unitarismo ortodoxo: as divergências são claramente reconhecidas, mas por um lado a própria administração colonial se interessa em congregar linguisticamente em quatro grupos (kikôngo; ciluba/lûnda; Mongo, swahili) e em quatro pontos estratégicos (Oeste-centro, Centro-Sul, Norte e Sul/Leste) onde estavam implantadas cidades e as suas funções em relação à “reprodução das assimetrias” e “distribuição dos recursos” internamente produzidos. Por outro, as conexões internas são repetidamente cortadas, de maneira que o país corria o risco da guerra civil — quando cada “centro étnico” com os seus espaços sociais criados centrava a oxigenação das organizações políticas.

2) Federalismo subentendido: os independentistas que mal perceberam as lições unitaristas belgas, tornaram-se — por si só — defensores das suas nações étnicas sob forma ora de federalismo, ora de balcanização: nasce o tribalismo e todos os tipos de separatismos baseados nos epítetos de tribo e etnia. Isto é, como teoricamente tem mostrado Henri Lefebvre (2007, p. 352-361), percebe-se que, das contradições políticas sobre Congo enquanto nação/espço, nasce a diferenciação deste Congo enquanto nações/espço.

Estado-nação zaireense através de mobutismo

Face à experiência do Congo 1960-1965, Mobutu opta pelo *unitarismo lumumbista* e constrói um discurso unitarista totalitário. Pessoas pertencem a este Estado (e simultaneamente ao partido único) por obrigação, e não pela livre vontade ou pelo exercício cívico.

Este Estado não nasce do exercício democrático, mas sim de uma atitude totalitária sustentada por uma “Educação Nacional” forte e pelo fomento de uma Cultura plural e africana unificadora; arte é explorada sobremaneira: artes plásticas, música, teatro e dança. Como herdeiro dos capitais académicos fortes da primeira república (1960-1965) e tendo recebido cidadão vizinhos para for-

mação universitárias durante a lenta colonização de Angola, Zâmbia, etc., o Estado zairense é tido como um “teatro geopolítico”¹⁴ importante para expansão das influências americanas entre 1965 até 1990 na criação de modelo de *Estado-nação* que nasce do exercício democrático. O próprio *mobutismo* não será poupado.

O *mobutismo unitarista* é, antes de tudo, totalitário e baseia-se nos pressupostos africanos do *poder*. A sua queda estaria no facto de não observar: (a) justiça social; (b) Defesa Comum; (c) Bem-estar generalizado; (d) Liberdade pessoal; (e) Prosperidade, etc. Assistir-se-á a uma pilhagem sistemática das riquezas do país ao benefício unilateral da família do presidente (Mobutu Sese Seko) e a uma pobreza generalizada que degradará os centros académicos e económicos herdados da colonização.

Ainda que o *mobutismo* tenha “falhado”, os seus resultados são presentes nos dias de hoje, em vários meios e dimensões. Os nomes africanos — proclamado pela autenticidade *mobutista* — criaram, de certo modo, suportes socioculturais fortes na identificação dos *zairenses* (congoleses hoje) enquanto conjunto e, também, aceitação do “Outro” como associado ao mesmo destino e partilhando o mesmo espaço. Infelizmente, a distribuição das riquezas era nula.

B) Congo-Brazzaville

a) Mapa populacional

Nas suas deslocações e sedentarizações (efémeras ou prologadas) os proto-Bantu construíram vários Estados entre Douala e os Mbum, entre os Kota e Fang, entre os Teke e os Benga, ao Sul. Destas imigrações, pode se perceber a origem das populações da república do Congo:

14 Partilha as fronteiras com cerca de oito países: Angola e Zâmbia no Sul; Congo Brazzaville a Oeste; República Centro-africana, Sudão ao Norte; Tanzânia, Uganda, Ruanda a Leste.

1) As províncias (Departamentos) de Likouala e Sangha ao Norte são habitadas pelos Mbubi, Mbuti (pigmeus), Akwa vindos de Norte;

2) Kuyu, Mboshi, Bangala, etc. são etnias maioritárias nos territórios (Departamentos/províncias) de Cuvette e de Plateaux ao Norte. Entre eles, há outras etnias que se associam: Kânda, os Tsôngo e mesmo os Mpôngwe.

3) Do Departamento de Plateaux e toda parte meridional do departamento de Cuvette até ao Sul do país, encontramos os Teke e os Kôngo: Bembe, Kwele, Kota, Kunde (PECHUËL-LOESCHE, 1907), Punu, Vili (LETHUR, 1962), etc.

b) Golpes de Estado como “regra sucessoral”¹⁵

Depois da primeira Guerra Mundial, André Matsoua mobiliza as populações em 1926 para socorrer seus compatriotas que lutaram ao lado dos franceses: criou-se uma Associação de amigos. Eles irão descobrir dois factos desoladores: (i) injustiça, (ii) discriminação. Logo, A. Matsou é consciencializado pelos outros que vêm nele as características de um líder, lança programas religiosos e anti-colonialistas concretos. A administração colonial francesa toma conta dos planos, prende o líder que irá falecer, sem grande impacto, na prisão em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas logo depois, a Administração colonial resolveu envolver os Congolese nos assuntos públicos: Jean F. Tchicaya é eleito deputado em Paris.

Começa, portanto, entre 1946 e 1956 a criação dos principais partidos políticos: (i) Partido Progressista Congolês (PPC), com J. F. Tchicaya; União Democrática da Defesa dos Interesses dos Africanos (UDDIA), com o Bispo Fulbert Youlou.

15 O que escrevemos aqui é a nossa compreensão nos seguintes textos: Brisset-Guibert, 1988; Moukoko, 1999; Obenga, 1977; Thystère-Tchicaya, 1992; Massema, 2005; Nkouka-Menga, 1997. Agradecemos, também, as precisões que o professor Obenga fez no nosso texto inicial deste sub-capítulo.

Em 1958, F. Youlou viu ser aprovado um *Referendo* com mais de 95% dos eleitores no “Medio Congo” (departamentos de Pool onde está a capital, Plateau, Lekoumou, Buenza, Kouilou e Niari). Importa salientar que no vizinho Congo-Kinsâsa, havia mobilização das populações para apoiar a “república autónoma”, e que em 1959 levantou-se sérios motins nos dois países. Se o Congo Kinsâsa irá aceder à independência em 30 de Junho de 1960, no Congo Brazzaville será em 15 de Agosto de 1960.

Importa salientar como F. Youlou e a sua UDDIA desenharam Congo. Em sintonia com ABAKO de Joseph Kasa-Vubu, a ideia inicial foi um federalismo onde as partes manteriam as suas autonomias internas. Salvo no Pool e em Niari — por razões comerciais — o mosaico multi-étnico era não só aceite, mas sobretudo as dinâmicas socioeconómicas espelhavam a anatomia social do Congo. Eis como estavam repartidos:

- i) Os Kôngo do centro (Pool): religião e vida pública¹⁶;
- ii) Os Kôngo do Sudoeste: comércio, administração pública;
- iii) Os Kôngo setentrionais e os Teke: comércio e militares.

Os de Departamento do Norte eram mais militares e comerciantes. Durante dois anos, estes viram-se excluídos nos interesses do país. As populações do Cuvette e Cuvette-Ouest, consideravelmente numeroso em Brazzaville, abraçaram as revoltas contra a “hegemonia” dos Kôngo do Centro. Aliás, entre estes (Kôngo) já existiam desunião (os Bembe reclamam injustiças sociais e revoltam; os Teke, de modo igual, associam-se a este movimento). Dois grandes chefes

16 Fulbert Youlou era religioso, e ao mesmo tempo assumiu a vida política. De modo igual, Masamba-Débat era conhecido no Conselho Nacional da Revolução a partir dos seus laços religiosos, dos quais se aproveitou para desempenhar papel preponderante na Unificação (depois de golpe de Estado em 15 de Agosto de 1963). Fala-se, também, de Simon Mpadí que liderou um movimento religioso.

militares — que são Kôngo embora setentrional e meridional¹⁷ — protagonizam o golpe de Estado.

As populações, face aos inúmeros problemas sociais, solicitam a saída do presidente da república. David Mountsaka — Comandante em Chefe das Forças Armadas — receberá ordem de responder militarmente conta as populações. Nega tais ordens, e preferem destronar F. Youlou. O capitão Félix Mouzabakani irá interinar durante alguns meses.

Alphonse Massamba-Débat¹⁸ — pelas suas qualidades e capitais académicos¹⁹ — é chamado em Dezembro de 1963 a liderar o país, e Pascal Lisouba será o seu Primeiro-ministro. Muitos orquestraram contra, insinuando que nada estava mudado. A instabilidade agravou-se, um ano depois deste mandato. Desta vez as reivindicações são nobres: (i) injustiças sociais; (ii) tribalismo ou regionalismo; (iii) falta de visão de “nação”. Ele será deposto em 1968, depois de vários insucessos desde a Oposição de Félix Mouzabakani, Bernard Kolelas e, sobretudo, quando mandou prender Marien Ngouabi (tão popular na época, e com uma forte liderança militar)²⁰.

É assim que surge Marien Ngouabi (OBENGA, 1977), oriundo de Ombelé (etnia Kuyu), no Departamento de Cuvette. Seguindo o exemplo do Congo Kinsasa onde Kasa-Vubu era deposto por Joseph Mobutu, era necessário re-desenhar o mapa geoestratégia na África Central Ocidental. A experiência militar levou-lhe a perceber a necessidade de delegar poderes em pontos estratégicos, e reservar-se com a “supremacia” militar. O facto de ser de Norte, e

17 David Mountsaka era de Boko (como A. Massamba-Débat) na localidade de Nzeto. Em 1960 foi o primeiro Comandante em Chefe das Forças Armadas Congolesas.

18 Nascido a Boko (departamento do Pool, localidade de Nkolo) em 1921.

19 Depois da formação de instrutor, ele foi exercer as suas funções no Chade. De regresso ao país foi, antes da independência, Director de várias escolas públicas onde passaram vários estudantes dos quais beneficiou do voto em 1963. Aliás, em 1956 era o Director do gabinete do ministro da Educação. E quando o país tornou-se independente, era o presidente de Assembleia Nacional.

20 Massamba-Débat chegou a destituir a Assembleia nacional, para ter margem de manobras.

reinar no Sul (capital Brazzaville estava no Sul: Pool) levou algumas contestações frequentes, apesar de ele tentar geri-las. Também, ele irá refutar anexar arbitrariamente Cabinda na geografia do seu país, tal como pressionado pelo Governo francês. Preferiu uma boa vizinhança com Angola até a independência desta (1975), e fortalecer o “poder” e lançar um projecto de um “Congo inclusivo”. Dentro do seu partido (PCT²¹), havia disputa de poder mas preferiu avolumar as dimensões da sua aceitabilidade na Rússia (URSS). Apesar das estratégias que Ngouabi optou (acomodar seus militares; instaurar justiça social; etc.) eram inevitáveis alguns aspectos como: (a) a sua inimizade com a França; (b) a sua rejeição (por ser “Outro” no território dos Kôngo e Teke) popular em Brazzaville. Ele será assassinado em Março de 1977.

Na liderança do PCT existiam duas propostas fortes: Jacques Joachim Yhombi-Opango e Denis Sassou-Nguessou. Ambos são oriundos do Departamento de Cuvette, o primeiro era de Owando/Kuyu²² e o segundo de Edou/Mbochi²³ e ministro da Defesa. Entre estes dois “adversários” políticos, importa salientar que o primeiro era tido como “urbano” e o segundo como “rural”. Daí, Jacques Yhombi-Opango passará a assumir a liderança do país. Mas para alguns tempos apenas, pois será acusado de desorientar ideologicamente o partido, com tendências Direitas. Em Fevereiro de 1979, o presidente Jacques Yhombi-Opango é deposto pelo partido que coloca o coronel Denis Sassou Nguesso. Jacques Yhombi foi preso, depois colocado numa prisão domiciliar. Ele será declarado livre em 1984, depois de Denis Sassou-Nguesso ser reconduzido pelo partido.

21 Partido Congolês do Trabalho.

22 Fez estudo em Brazzaville na Escola Militar Preparatória Geral (École Militaire Préparatoire Générale de Leclerc) até 1957. Fará a formação militar entre 1960-1962, na Escola Militar de Saint-Cyr. Nesta caminhada de formação militar ele terá como companheiro, Marien Ngouabi.

23 Ainda que Sassou-Nguessou fosse oriundo de Norte, ele fez os seus estudos secundário no Sul, em Brazzaville (em Louboumo, entre 1956-1961). Esse facto permitiu-lhe fazer amigos, e durante o seu mandato o tribalismo não se fez tanto (mas algumas vezes sim).

Estado-nação na Era da Democratização da África

Entre 1989 e 1992 África é afectada pela americanização (democratização). O militarismo dissimulado no partido político estava em desvantagens, já que o comunismo “perdia” o seu bloco no mapa geopolítico. O “Estado-nação” através da *democracia* era o “Ordo Seculorum”, de maneira que ir-se-á realizar as eleições com todas as forças sociais e políticas do país para obter o resultado do pronunciamento comum: Denis Sassou-Nguesso convoca a Conferência Nacional Soberana, como vontade de várias forças sociais que se manifestam querer “viver em laicidade”. Sucedeu-se as eleições: Pascal Lissouba ganhou o pleito eleitoral, e Denis Sassou-Nguessou retirou-se da vida pública de Brazzaville para instalar-se na sua região natal. O poder tinha voltado aos Kôngo²⁴, tal como se orquestrava aqui e acolá.

O tribalismo ainda não estava desaparecido quando Pascal Lissouba chegou ao poder. Toda classe política percebeu-se de duas coisas: (a) manter coalizão entre várias representações étnicas nas forças políticas; (b) manter relações cordiais com, por um lado, seus vizinhos, e por outro lado, a França. O presidente P. Lissouba que se percebeu disto, busca pactos e amizades na cena nacional. Na cena internacional — ou mesmo continental — ele teve uma brilhante experiência a nível das universidades quer em Paris (Université de Paris, UNESCO), quer em Nairobi. Infelizmente, ele era herdeiro dum Congo com problemas sérios internos de longa data, desde o regionalismo até a distribuição das riquezas. Percebeu-se, também, que a lealdade das Forças Armadas Congolesas aos líderes oriundos de Norte seria uma imprudência política da sua estabilidade, ou mesmo como alguma insegurança para Lissouba²⁵.

24 Pascal Lissouba nasceu em 1931 em Tsingwidi, Departamento de Niari. Fez sua entrada triunfal na cena política com 31 anos, depois de uma brilhante trajectória académica. Já era tido como potencial candidato a presidência, por isto ele será inúmeras vezes posto em prisão e liberado.

25 Lissouba e Sassou-Nguessou eram actores políticos de diferentes ideologias desde os anos 70 do século XX. Além de se conhecerem-se relativamente bem de ponto de vistas suas forças sociopolíticas e o “teatro eleitoral”.

Um ano depois das eleições Pascal Lissouba e seus aliados foram acusados de ter corrompido os resultados das eleições (MASSEMA, 2005; NKOUKA-MENGA, 1997). As desordens se instalam, a seguir. E os velhos conflitos renasceram. Denis Sassou-Nguesou será reinstalado a Brazzaville, mas desta vez com uma larga coalizão étnica no epicentro da organização política que lidera.

Ao estudar a questão de “construção de Estado-nação” nos dois Congo, percebemos o seguinte:

a) Um passado desolador:

— Escravatura teve profundas consequências nas sociedades africanas: a animalização do ser humano, apesar das revoltas levantadas por alguns “espíritos africanos iluminados” apresenta hoje problemas sérios na “família africana” ao detrimento de si próprio;

— Colonização: Estado-nação — por via *Staatnation* — é possibilitado pela criação das riquezas, rendimento dos investimentos internos que garante o “bem-estar” generalizado. Ora, a colonização criou pobres e a democratização/americanização tem destruído os valores africanos.

b) Imposição:

— A negação da África na construção histórica do mundo. Isto é, todo africano que procurasse construir seus capitais sociais (para seu bem-estar), era obrigado a ser mestiço simbólico. No caso dos dois Congo nota-se a rixa entre “os de dentro” e “os de fora” na construção do “espaço comum”;

— A democracia parece ser o único instrumento que faculta o “Estado-nação”, resultando de uma imposição. Mas o que na verdade se opera é a americanização cujo consumo obrigatório já veicula no “World’s Culture”: não só desapareceu o cinema italiano, ou a música francesa, mas também Nova Iorque tem capitalizado o “Haute Culture” e americanizado o teatro europeu...

c) Uma nova socialização:

— Escolarização: muito dos dirigentes africanos estudaram

no Ocidente e a sua condição de mestiço simbólico as massas consideram-nos como “os de fora”. Educação Nacional era contrastada com Cultura Nacional.

— A socialização democrática implicava a distribuição das riquezas. O “novo-rico africano” não auxiliou a justiça social nem distribuição destas riquezas: era o novo colonizador perante a maioria pobre.

Concluindo...

Antes da chegada dos Ocidentais em África, já existiam sistemas políticos fortes (BATSÏKAMA, 2014). Nem a escravatura, nem tão pouco a colonização destruíram a “cultura democrática” destas populações (ainda é visível nos óbitos ou casamentos tradicionais). A pergunta agora é: como utilizar esta herança cultural na redefinição do Estado-nação nos dias de hoje? É uma questão que deixamos ao ar para reflectir.

Referências

ADOTEVI, S. *Negritude et negriloques*. Paris: Plon/Union Geral d'édition, 1972.

ALCANDRE, S. *L'émancipation des peuples colonisés*, t. I. Paris: Editions Europe-Colonies, 1954.

AMIN, S. A construção do culturalismo eurocêntrico. In: AMIN, Samir. *O Eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*, Lisboa: Edições Dinossauro, 1999, p. 92-118.

APPIAH, A.K. *In my Father's House. Africa in the philosophy of culture*. New York: Oxford University Press, 2010.

BADIE, B. *L'Etat importé : l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Frayard, 1992.

BARTH, F. *Cosmologies in the making: a generative approach to cultural variation in inner New Guinea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BATSIKAMA, P. *Lúmbu: a democracia no antigo Kôngo*. Luanda: Mediapress, 2014.

BELCHIOR, M. D. *Compreendamos os negros*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1951.

BENOT, Y. *Ideologia das independências africanas*, v. I; II. Luanda: INALD, 1981.

BIANES, P. *L'Afrique aux Africains, 20 ans d'indépendance en Afrique Noire Francophone*. Paris: Armand Colin, 1980.

BIDIMA, J. G. *Théorie critique et modernité négro-africaine. De l'Ecole de Francfort à la Docta spes africana (Philosophie, 1)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.

BOONE, O. *Carte ethnique de la République du Zaïre, Quart Sud-Ouest*. Tervuren: Musée Royal de l'Afrique Centrale, 1973.

BORDIEU, P; PASSERON, J-C. *Les Héritiers*. Paris: ed. Minuit, 1964.

BOURMAUD, D. *La politique en Afrique*. Paris: Montchrestien, 1997.

BOXER, C. *Relações raciais no Império colonial português: 1415-1825*. Rio Janeiro: Tempo brasileiro, 1967.

CAHEN, M. Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos? In: *InformÁFRICA Confidencial*, #63, Julho, p. 18-19, 1994.

CLAPHAN, C. *Africa and the international system: the politics of State survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAVIDSON, B. *Le réveil de l'Afrique*. Paris: Présence Africaine, 1957.

FELTZ, G. *État-nation face au processus de transition en Afrique*

noire. In: *Omalý Sy Anio*, 1994, v. 31-33, p. 713-729, 1994.

GIDDENS, A. *The Construction of Society: Outlines of a Theory of Structuralism*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GIRARD, M. *Où va l'Afrique noire?* La Pensée, Paris, n. 103, p. 102-110, Juin, 1962.

KAARSHOLM, P. *States of Failure, Societies in Collapse. Violence, Political Culture & Development in Africa*. Oxford: James Currey, 2006.

KANNEH K. *African identities: Race, Nation and Culture in Ethnography, Panafricanism and Black Literatures*. London: Routledge, 1998.

KLELNER, H. *O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830*. In: *Anais de História*. Assis, 1973, p. 85-101.

LABRIOLA, A. *Le crépuscule de la civilisation*. Paris: A. Mignolet et Storz, 1945.

LETHUR, R. *Etude sur le royaume de Loango et le peuple vili*. *Cahiers Ngonge*, Kinsâsa, n. 2, 1960.

LLOYD, P. *The political Structure of African Kingdoms. An Exploratory Model*. In: *Political Systems and the Distribution of Power*, ASA, #2. London: Tavistock, 1965, p. 63-112.

MARTELLI G. *De Léopold II à Lumumba, une Histoire du Congo Belge*. Paris: France-Empire, 1964.

MASSEMA, A. R. *Crimes de sang et pouvoir au Congo-Brazzaville*. Paris: L'Harmattan, 2005.

MOUKOKO, P. *Dictionnaire général du Congo-Brazzaville*. Paris: L'Harmattan, 1999.

NGBANDA, H. N. T. *Afrique: démocratie piégée*. Paris: Equilibres Aujourd'hui, 1994.

NKOUKA-MENGA, J. M. *Chronique politique congolaise*. Paris: L'Harmattan, 1997.

NKRUMAH, K. *Autobiography of Kwame Nkrumah*. London: Panaf Book, 1973.

OBENGA, T. *La vie de Marien Ngouabi*. Paris: Présence Africaine, 1977.

RINCHON, D. *Le trafic négrier*. Bruxelles: Ed. Atlas, 1938.

SEDILLOT, R. *Histoire des colonisations*. Paris: Fayard, 1958.

STANLEY, H. M. *A travers le continent mystérieux*. Paris: Hachette, 1879.

STORME, M. B. *Léopold II, les missions du Congo et la fondation du Séminaire africain de Louvain*. Zaïre, Bruxelles, v. VI-1, p. 3-24, Janvier, 1952.

THYSTÈRE-TCHICAYA, J. P. T. *Itinéraire d'un Africain vers la démocratie*. Édition du Tricorne, 1992.

VANSINA, J. *Les anciens royaumes de la savane*. Kinsâsa: Presses Universitaires, 1976.

VERHAEGEN, B. *Rébellions au Congo*, v. I. Bruxelles: CRISP, 1966.

VERHAEGEN, B. *Rébellions au Congo*, v. II. Bruxelles: CRISP, 1969.

VERHAEGEN, B. *Kisangani 1876-1976 : Histoire d'une ville*. Kinshasa: Presses Universitaires du Zaïre, 1977.

VERHAEGEN, B. *L'enseignement universitaire au Zaïre, de Lovanium à l'UNAZA 1958-1978*. Paris: L'Harmattan, 1978.

Recebido em: fev. 2014. Aprovado em: 1 jul. 2014.